



## **Reportagem Radiofônica: As Possibilidades do Vivo e do Diferido na Construção de um Rádio Informativo Diferenciado<sup>1</sup>**

Flávia Lúcia Bazan Bepalhok<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Londrina

### **Resumo**

Este artigo conceitua a reportagem radiofônica, tomando como base as possibilidades de articulação entre o vivo e o diferido no rádio informativo. Saliencia a importância desta forma de estruturação da informação radiofônica, já que permite, entre outras coisas, aprofundamento e reflexão. Constata que a radioreportagem, depois de ter despontado na década de 1950, desaparecido do cenário radiofônico depois do golpe militar de 1964, vem ressurgindo de forma gradual. E reafirma a necessidade de estudos e de experimentação para um novo fazer radiofônico que leve em conta as potenciais características do meio.

### **Palavras-chave**

Radiojornalismo; Reportagem Radiofônica; Vivo; Diferido.

A reportagem radiofônica é uma das formas de estruturação da informação no rádio. É um dos momentos do veículo em que se pode sair da superfície dos fatos, promover o aprofundamento da informação, a discussão e a reflexão. Emilio Prado (1989, p. 85) a aponta como o elemento mais “rico entre os utilizados no rádio desde a perspectiva informativa”. Milton Jung (2004, p. 114) faz coro: “É na reportagem que o jornalismo se diferencia, levanta a notícia, investiga fatos, encontra novidades, gera polêmica e esclarece o ouvinte. Fora dela sobra pouco do ponto de vista da criação, quase tudo se resume à cópia”. O fato da reportagem não ter uma estrutura rígida permite que o repórter lance mão da criatividade em uma medida maior que em outras formas de estruturar a informação. Entretanto, mesmo sendo uma das estruturas mais ricas, que pode ser explorada com mais criatividade e com um conteúdo diferenciado, é

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP Rádio e Mídia Sonora, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup> Jornalista, Professora de Radiojornalismo na Universidade Estadual de Londrina, mestranda em Comunicação pela Unesp-Bauru. flabespa@onda.com.br.



a menos utilizada por exigir “uma elaboração conscienciosa” (Prado,1989, p. 85) e uma equipe que possa ir às ruas e disponha de tempo para captação e edição.

A reportagem não surgiu com as primeiras emissões radiofônicas. Na experiência do rádio brasileiro<sup>3</sup> veio cerca de 30 anos depois que o veículo começou a transmitir as primeiras notícias, que nas duas primeiras décadas eram recortadas diretamente dos jornais e somente a partir de 1941, com o Repórter Esso, passaram a ter redação própria. Uma das emissoras pioneiras na transmissão de reportagens é a Continental do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, que no início da década de 1950 coloca nas ruas uma equipe de repórteres, os “Comandos Continental”, capitaneada por Carlos Palut, que fazia a cobertura simultânea dos fatos, onde eles ocorressem e pelo tempo que fosse necessário. A Continental fez a transição da notícia, que era lida dos estúdios pelos *speakers*, para a reportagem, produzida nas ruas com a voz das fontes. Vale, portanto, aqui, ressaltar a diferença entre essas duas formas de organizar a informação no rádio. Prado (1989, p.48) explica que a notícia é a estrutura mínima da informação radiofônica, “concisa, simples e formalmente neutra”. Já a reportagem é uma

agrupação de representações fragmentadas da realidade que em conjunto dão uma idéia global de um tema. Estas representações fragmentárias compõem um fio condutor que é o fato central. Ao fato central se juntam aos poucos outras representações fragmentadas de fatos adjacentes, que contribuem para a compreensão do tema. (PRADO, 1989, p.85)

Nilson Lage (2001, p. 38) completa dizendo que a notícia está centrada no fato, já a reportagem explora as implicações de um fato e procura “levantar antecedentes, em suma, investigar e interpretar”. Mesmo com essas definições é importante salientarmos que a fronteira entre esses dois elementos é bastante tênue. Muitas vezes, não é possível determinar com clareza até onde vai um e quando começa o outro. Mas existem outras diferenças que podemos apontar.

O aprofundamento da informação que a reportagem proporciona em relação à notícia é, talvez, a mais visível diferença entre os dois elementos. A notícia carrega em

---

<sup>3</sup> Roquette Pinto é apontado como o pioneiro nos jornais falados no Brasil. Na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923, Roquette Pinto apresentava o “Jornal da Manhã”, produzido por ele mesmo depois de uma cuidadosa leitura dos jornais do dia. Ele circulava (com um lápis vermelho) as notícias que considerava importantes e depois, pelo telefone, comentava-as, acrescentando novas informações. Este estilo de jornalismo comentado não foi seguido pelos demais jornais falados criados no início da radiodifusão no país, que se limitaram a simples leitura das notícias.

<sup>4</sup> Outras informações da experiência da Continental em: Bessalok, Flávia Lúcia Bazan. **Reportagem Externa Radiofônica: A Experiência da Emissora Continental na Construção da História do Radiojornalismo Brasileiro**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Intercom,2005. CD-ROM.



si o mínimo necessário para o leitor se dar conta de um acontecimento. “[...] à notícia, cabe a função essencial de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato (que implica em algum gênero de ação), através de uma informação (onde se relata a ação em termos compreensíveis)”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.17) Lage (2001, p. 111) reforça: “Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam”.

Edvaldo Pereira Lima (2004, p. 17) aponta que o papel da notícia é “informar e orientar de maneira rápida, clara, precisa, exata e objetiva”. Em função dessas características é que a notícia carrega como uma de suas peculiaridades a superficialidade. Se a notícia traz como característica a superficialidade, a reportagem busca o aprofundamento fazendo uma ampliação no sentido vertical e no sentido horizontal. Para poder aprofundar no sentido vertical, ou seja, trazendo mais informações e mais dados que possam subsidiar o leitor, ela amplia também no sentido horizontal, quer dizer, vai ouvir mais fontes, busca mais informações diferenciadas para “pintar” o cenário da maneira mais completa possível.

Cremilda Medina (1978, p. 134) entende que outra característica que distingue a reportagem da notícia é o tratamento que se dá ao fato jornalístico “no tempo de ação e no processo de narrar”. A autora avalia que “a matéria que amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofunda o fato no espaço e no tempo e esse aprofundamento (conteúdo informativo) se faz numa interação com a abordagem estilística. A reportagem seria então *uma narração noticiosa*”. (MEDINA, 1978, p. 134 – grifo da autora)

A notícia já carrega em si uma narrativa, mas ao se fazer o aprofundamento, quando o fato ganha os contornos de reportagem, é que a narrativa se expressa em sua totalidade, tornando-se indispensável:

Do relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa de técnica de narrar. Foge-se aí das fórmulas objetivas para formas subjetivas, particulares e artísticas. O redator não tem à disposição recursos prontos, mas passa a criar. (MEDINA, 1978, p. 134)

Mesmo sabedores de que muitos dos autores aqui citados para diferenciar reportagem de notícia (Edvaldo Pereira Lima, Cremilda Medina, Nilson Lage, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari) baseiam suas afirmações no jornalismo impresso, entendemos que estas mesmas características se repetem na experiência radiofônica. O radiojornalismo teve como herança histórica o jornalismo impresso e, por isso, muitas



vezes, guarda algumas de suas características. Entretanto, no que tange à reportagem, essas semelhanças param aí, uma vez que no impresso a palavra fica estática no papel, já no rádio assume a fluidez do éter.

Desde o início da experiência radiofônica, a transposição da palavra escrita para a palavra sonora causou estranhamento e dificuldades. Um exemplo disso ocorreu com os primeiros radiojornais, cópias sonoras das páginas impressas. Tanto era assim que ganharam o nome de jornais falados por leram as notícias diretamente do impresso e porque “os hábitos e convenções da página impressa são transferidos para o novo meio de maneira mais literal possível” (MEDITSCH, 2001, p. 182). Um exemplo disso e de como essa transposição foi feita é que os títulos da notícia, segundo Eduardo Meditsch (2001), eram gritados para ganharem o destaque do negrito e do tamanho da fonte.

Mas um fator diferencial entre a imprensa e o primeiro veículo de massa eletrônico foi determinante para incrustar características próprias a cada um: a temporalidade. “A radiodifusão distingue-se da imprensa por sua condição *ao vivo*, e é percebida como tal, o que provoca um forte *efeito de realidade* e, através dele, a empatia do público” (MEDITSCH, 2001a, p. 209 - grifos do autor). Mesmo destacando a possibilidade do *ao vivo* como o grande diferencial, Meditsch avalia como indispensável a presença do diferido, que discutiremos a seguir. É a mescla entre essas duas temporalidades que caracterizarão o discurso radiofônico e por consequência a radioreportagem.

### **As Relações e as Inter-relações entre o Vivo e o Diferido**

A temporalidade está intimamente ligada ao jornalismo. Na própria etimologia da palavra essa ligação se corporifica: do latim *diurnale*, do italiano *giornale*, o diário e atual prevalecem, como ressalta Paul Weaver ao afirmar que o jornalismo é o “relato atual de acontecimentos atuais” (apud MEDITSCH, 2001a, p. 208). Isso resulta, na visão de Meditsch, em uma dupla contemporaneidade. Essa dupla contemporaneidade, entretanto, vai depender da periodicidade do meio. O Jornal trabalha, normalmente, com os fatos atuais do dia anterior. A revista semanal com os sete dias que antecedem o seu fechamento. Isso indica que os veículos impressos, que têm o discurso baseado na escrita, trabalham sempre com o diferido. E o rádio? O rádio trabalha com o agora, com a fluidez do tempo:

O rádio, pela primeira vez, permitiu a exacerbação do ideal de dupla contemporaneidade do jornalismo, possibilitando a superação do *período* – implícito na idéia de *periodismo* – pela *simultaneidade* – a simultaneidade entre a enunciação e o acontecimento externo referenciado, mais a simultaneidade entre a enunciação e a recepção do enunciado. (MEDITSCH, 2001, p. 209)

Mas essa possibilidade de simultaneidade é apenas uma parcela da temporalidade do rádio. Ela esconde a condição de diferido do discurso radiofônico. Muita coisa é preparada e gravada de antemão, mas, ofuscada pela simultaneidade da transmissão, a condição do diferido passa muitas vezes despercebida pelo ouvinte. “O caráter *vivo* da radiodifusão, o seu senso de existência em tempo real – o tempo do programa correspondendo ao tempo de sua recepção – é um efeito intrínseco ao meio” (SCANELL apud MEDITSCH, 2001, p. 209 – grifo do autor). Esse efeito é tão forte que muitas vezes é simulado propositalmente pelas emissoras para conseguir mais empatia com o público. Não é raro apresentadores “dialogarem” com gravadores. Em muitas emissões, a gravação é feita de tal forma que aparenta a simultaneidade entre produção e transmissão. Um exemplo é iniciar a reportagem gravada com um “bom dia”, que será a resposta ao cumprimento do apresentador, este, sim, ao vivo. O ouvinte, privado da imagem de repórteres e apresentadores, tem a sensação de que ambos estão no estúdio. Mesmo sendo um recurso largamente utilizado, é eticamente condenável.

O diferido, como diz Meditsch (2001), é a realidade predominante do rádio e não precisa ser fingido, já que é importante na composição do discurso e dos diferentes níveis de *vivo* que o rádio pode protagonizar. O primeiro nível é *o vivo em primeiro grau*. Este existe desde que o rádio é rádio: é a essência do veículo, a simultaneidade entre a enunciação e a recepção. Não se está observando ainda se o tempo de produção desse enunciado é o mesmo tempo de sua emissão, como indica Meditsch (2001, p. 210):

O vivo em primeiro grau refere-se assim ao paralelismo do tempo do enunciado com o tempo da vida real (o tempo do relógio), paralelismo este que atinge a sua expressão máxima no fluxo contínuo. Funcionando 24 horas por dia, o discurso do rádio atinge a isocronia absoluta com o tempo da vida real, provocando a torsão na linha do tempo de programação que passa a ser representada, visualmente, por uma espiral infinita.

O *vivo em segundo em grau* passa a levar em conta as condições de produção da mensagem radiofônica, já que “o vivo que caracteriza o rádio torna-se mais intenso conforme a forma de produção do enunciado” (MEDITSCH, 2001, p. 210). No *vivo em segundo grau* a mensagem transmitida é aquela previamente redigida ou



memorizada – ou seja, diferida – mas que ganha o aspecto do vivo no momento da sua interpretação ao microfone.

Quando essa mensagem não é escrita previamente e ocorre a improvisação ao microfone, estamos diante do *vivo em terceiro grau*. “[...] A própria elaboração do conteúdo é realizada simultaneamente à enunciação, com a utilização predominante do improviso sem planejamento prévio”. (MEDITSCH, 2001, p. 213)

O salto para o *vivo em quarto grau* ocorre quando essa transmissão sem texto previamente escrito acontece simultaneamente ao desenrolar dos fatos, e, nas palavras de Meditsch (2001, p. 213) dá-se a “isocronia entre os quatro tempos: o do acontecimento, o da produção do relato, o da enunciação e o da recepção”. Essa é a verdadeira transmissão *direta e ao vivo*. É comum ouvirmos as emissoras chamarem de *direto* a transmissão do *vivo de terceiro grau* ou até de *segundo*. Mas, na acepção correta do conceito, só poderíamos denominar *direta* a transmissão do *vivo em quarto grau*.

Em uma programação radiofônica, em especial a jornalística, percebe-se que os diversos graus de *vivo* se entremeiam e se alternam. Pode-se ter uma reportagem diferida (*vivo em segundo grau*) sendo chamada por um locutor de estúdio sem texto previamente escrito (*vivo em terceiro grau*), ou um locutor lendo um texto previamente escrito (*vivo em segundo grau*) chamando uma reportagem simultânea (*vivo em quarto grau*). E é justamente levando em conta a questão temporal que Prado (1989) aponta esta classificação da reportagem radiofônica: simultânea e diferida.

### **Reportagem Simultânea**

A reportagem simultânea é o *vivo em quarto grau*, quando o acontecimento, a produção do texto, a narração e a recepção ocorrem ao mesmo tempo. À medida que o fato vai se desenvolvendo a reportagem vai sendo construída, com o fio condutor da narrativa baseado no eixo da ação. Diante de vários eventos ocorrendo simultaneamente, o jornalista precisa selecionar, rapidamente, o que será o foco de sua atenção, e conseqüente narração, a cada momento. É, no dizer de Prado (1989), um exercício constante de valoração e, portanto, de difícil execução. A estrutura da reportagem simultânea é variável e segue o desenrolar da ação.



A transmissão de um fato ao vivo, por meio da reportagem simultânea, vai, na avaliação de Meditsch (2001, p. 31), ajudar a caracterizar um novo radiojornalismo radiofônico: o conceito de rádio informativo:

O rádio informativo fala de coisas que, anteriormente, não eram notícia (a hora certa, por exemplo) e revoluciona a idéia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe idéias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos pontos do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio.

Meditsch (2001) defende a mudança de nomenclatura explicando que o termo jornalismo (ou radiojornalismo) originalmente remete ao jornalismo impresso e por esse motivo pode obscurecer as novas práticas que o jornalismo tem no rádio, uma vez que o veículo possui características muito próprias e nele a palavra não fica estática no tempo e no espaço. “O rádio informativo não é apenas um novo canal para a mesma mensagem do jornalismo, é também um jornalismo novo, qualitativamente diferente, e a designação diversa procura dar conta dessa transformação.” (MEDITSCH, 2001, p. 30).

Uma dessas transformações é exatamente a transmissão concomitante com o desenrolar dos fatos, com o vivo de quarto grau. Em função desse elevado nível de vivo, é na reportagem simultânea que o ouvinte sente mais fortemente a sensação de participação na ação. Isso acontece, principalmente, porque o ambiente acústico em que se desenvolvem os fatos é captado pelo microfone. Segundo Prado (1989, p. 86), é o “cenário sonoro da ação, que transmite com grande riqueza de matizes o ambiente e outras amostras sonoras definidoras e insubstituível pela narração verbal”. O ambiente acústico traz o ouvinte para o centro do acontecimento e provoca nele “uma cascata de imagens sonoras que solicitam a intervenção da criatividade e da imaginação [...] para traduzi-las em imagens visuais particulares”. (PRADO, 1989, p. 86)

Prado (1989, p. 88) defende que é na reportagem que a linguagem radiofônica, com sua conjugação entre a palavra, os efeitos sonoros naturais, silêncio e música, deve se fazer mais presente: “O jornalista deve selecionar todas as mostras sonoras da ação capazes de transportar informação, reduzindo assim sua intervenção ao mínimo imprescindível”. Com esta afirmativa o autor deixa claro que não deve ser dada primazia à palavra, mas haver sensibilidade para utilizar tudo o que soa como informação.

O que não tiver som próprio será transmitido por meio da narração do repórter, que será sem preparo prévio, e, portanto, improvisada. Prado (1989, p. 88)

ressalta que o estilo deve ser simples, com palavras de uso corrente e “apesar de ser improvisado (ou precisamente por isso) deve seguir a estrutura da redação radiofônica”. Maria Elisa Porchat (1989, p. 54) indica que nas transmissões ao vivo, o texto deve ser conciso e direto e aconselha o repórter a sentir o ambiente e buscar “referências concretas que dêem vida à matéria: a hora exata, o local, pessoas etc”.

O fato de narrar um acontecimento diretamente do local onde ele se desenvolve, proporciona, na visão de Jung (2004, p. 115), “calor e emoção à transmissão”. O jornalista argumenta que a transmissão direta confere credibilidade à notícia e seduz o ouvinte. Entretanto, a emoção que a reportagem simultânea suscita na transmissão não deve contaminar o jornalista. Como bem lembram Barbeiro e Lima (2001, p. 44), o repórter precisa controlar a emoção e manter a “concentração para transmitir um fato observado. É preciso cuidado para não repetir informação”.

É também de fundamental importância, quando possível, conhecer o tema a ser reportado para se evitar o uso de obviedades e lugares comuns que não trazem nenhum tipo de informação ao ouvinte. Quando a reportagem simultânea estiver tratando de fatos previamente agendados, a pesquisa e a preparação são possíveis de serem feitas e isso dará ao repórter subsídios para, durante a narrativa, indicar antecedentes e acrescentar informações complementares que ajudam na compreensão do fato. Quando se trata de uma reportagem que não estava prevista, o jornalista não terá de antemão as informações que poderiam recheiar sua narração. Entretanto, deverá evitar frases vazias e ficar simplesmente narrando o que vê. É necessário haver, tanto nas reportagens previstas quanto nas imprevistas, uma narrativa que mantenha o interesse do ouvinte.

Prado (1989, p. 87) apresenta um gráfico que indica o comportamento da curva de tensão da ação (a) e a curva de tensão da reportagem simultânea (r).

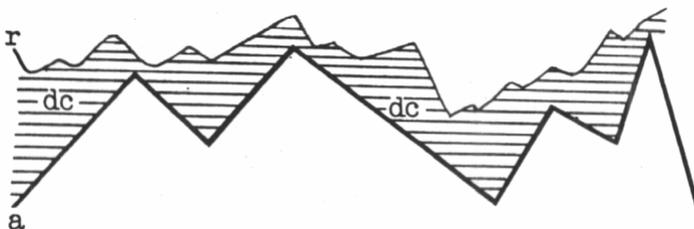


Figura 1 – gráfico de tensão da reportagem.  
Fonte: Prado (1989, p. 87).



Normalmente, a ação de uma reportagem simultânea (a) apresenta altos e baixos, é incontrollável e imprevisível. O jornalista dificilmente sabe o que vai acontecer e não tem como interferir no desenrolar dos fatos. O que Prado (1989) quer mostrar com este gráfico é que a ação tem picos e depressões. Ora tem muitos acontecimentos, ora a ação quase paralisa, mas, por sua condição de *vivo em quarto grau*, a reportagem continua no ar. Se o jornalista não tiver o que falar nos momentos de baixa ação (depressões) a reportagem vai perder em interesse. É nesse momento que entram os dados complementares (dc) (adjacentes e precedentes) que vão ajudar a manter alto o nível de interesse e propiciar uma melhor compreensão do evento por parte do ouvinte. A pesquisa e a preparação entram no ar nesses momentos.

Além de fazer uma boa preparação para uma cobertura previsível, é importante que se atente também para as questões técnicas. Deve-se saber, de antemão, por que meios será feita a transmissão, se será necessária uma linha de telefone fixo, se se usará uma unidade móvel, ou, se a opção for o telefone celular, se no local os celulares da emissora funcionam.

Um outro ponto de preocupação é procurar conhecer as possíveis fontes de informação que estarão presentes e com algumas delas já fazer um contato prévio, para que durante a cobertura o acesso a elas seja facilitado. Durante a reportagem, essas fontes serão entrevistadas e suas falas servirão de ilustração e forma de acrescentar dados à narração. Um alerta de Prado (1989, p. 88) é que as entrevistas não devem ser longas “a fim de evitar desincronização entre a tensão da ação e a da reportagem, o que produz uma falta de ritmo e diminui as possibilidades de seguir os fatos”. Durante as entrevistas o repórter precisa, ao mesmo tempo, dar atenção ao seu entrevistado e ficar ligado ao que está acontecendo. Se o nível da ação subir e um fato importante acontecer, o repórter deve interromper a entrevista e passar à nova informação. Para isso ele precisa ter alguns requisitos essenciais, como os apontados por Ferrareto (2000, p. 253): capacidade de observação aliada à habilidade na comunicação; aptidão para narrar um fato no momento em que ele se desenrola, sensibilidade, criatividade, estar sempre atualizado e possuir boa bagagem cultural, com “sólida formação intelectual”. Esses dois últimos aspectos também são de fundamental importância para sustentar a transmissão simultânea imprevista, quando não há dados disponíveis às mãos.

Porchat (1989, p. 51) também contribui para traçar o que é ser repórter: “é ter olhos – curiosidade e observação – para tudo. Todo dia e toda hora. Seja ele redator,



radioescuta ou editor. Há quem diga que, no passado, não havia os recursos técnicos que hoje ajudam a reportagem, mas que havia mais repórteres”.

### **A Reportagem Diferida**

A reportagem diferida é montada e gravada depois de encerrada a ação. Trata-se, pois, do vivo em segundo grau, ou seja, no momento de sua transmissão a reportagem está gravada em uma fita magnética, Mini Disc (MD), CD ou na memória de um computador, mas “ganha vida” e condição de vivo no momento em que ecoa pelas ondas sonoras e é recebida pela ouvinte.

Se na reportagem simultânea o jornalista precisa ir valorando e selecionando os aspectos mais relevantes do fato e os fragmentos da realidade no momento em que estes estão se desenrolando, na diferida isso ocorre depois. As entrevistas são gravadas e os sons do local, captados. Se houver tempo, todas as entrevistas podem ser transcritas. Somente depois de ouvi-las ou transcrevê-las é que o repórter vai montar o seu texto, entremeá-lo com os trechos das entrevistas, do cenário acústico, e até de música, se for o caso. “O ordenamento das representações [fragmentadas da realidade] não precisa seguir uma seqüência cronológica, mas uma ordem lógica que facilite a compreensão do fato”. (PRADO, 1989, p. 89)

A estrutura da reportagem diferida é também bastante flexível e abre um leque de possibilidades para que o repórter explore o material que tem às mãos de maneira criativa e sem a pressão de ter que contar a história em poucos segundos, como ocorre na notícia.

Na montagem, Prado (1989) chama a atenção para que não seja deixado de lado o cenário acústico onde se desenvolveu a ação. Para o autor, o som ambiente dá dinamismo e ritmo à reportagem. Além disso, “provoca a intervenção da imaginação do ouvinte e, sobretudo, dá credibilidade à informação” (PRADO, 1989, p. 89). É importante atentar para o “uso ético” do som, que deve ser genuinamente o do ambiente em que o fato ocorreu. Não se deve lançar mão de efeitos sonoros somente para dar mais dramaticidade ao ocorrido, como, por exemplo, usar o som de uma sirene que nunca esteve no local somente para chamar a atenção do ouvinte.

A produção, depois de encerrada a ação, proporciona um distanciamento no tempo e no espaço e uma melhor capacidade de avaliação do acontecimento. Além disso, possibilita a inclusão de depoimentos de fontes que não estavam presentes ao

fato, mas que são portadoras de informações que ajudarão a aprofundar e entender melhor o acontecimento.

Como existe a possibilidade do distanciamento e da inclusão de outras fontes, a reportagem diferida

permite reproduzir os acontecimentos com a menor intervenção explícita do jornalista. Este selecionará as amostras e as ordenará de forma que transmita ao público, em poucos minutos, a idéia de uma ação desenvolvida em frações de tempo muito superiores, e sem esconder informação. (PRADO, 1989, p. 89)

Mesmo tendo a característica de ser produzida após a conclusão da ação, a preparação aqui é tão importante quanto na reportagem simultânea. Deve haver pesquisa prévia sobre o tema e conhecimento a fundo do assunto para que haja o devido aproveitamento das informações conseguidas. É como diz Prado (1989, p. 89): “Chegar ao local dos fatos com uma idéia aproximada da transcendência, os antecedentes e as conseqüências dos fatos que se produzirão ajuda a selecionar os fragmentos interessantes”.

É na preparação, tanto da reportagem diferida quanto da simultânea previsível, que precisa haver um bom trabalho de pauta e produção<sup>5</sup>. Lima (2004, p. 68) alerta que “a pauta é a definição de rumos, o estabelecimento de diretrizes que, quando mal administrada, conduz a matéria a terrenos pouco férteis”. Medina (1982, p. 143-145) aponta a importância de se ter pessoas capacitadas na redação que exerçam a função: “Nas rotinas de redação, momentos decisivos como as reuniões de pauta pecam por falta de domínio técnico profissional. A opção de assuntos e a forma como tratá-los raramente é levada no grau de seriedade e aprofundamento que a situação exige”.

Nas redações das emissoras de rádio, principalmente nas de cidades de menor porte, nem sempre existe a figura do pauteiro. O máximo que a equipe dispõe é de uma pessoa (nem sempre um jornalista) que fica fazendo os contatos com os possíveis entrevistados e agendando entrevistas. Muito diferente do profissional que se debruça na pesquisa, o qual procura encontrar ângulos inusitados de cobertura e busca novas fontes que possam ser entrevistadas.

Mas muitas vezes, ter um pauteiro também não significa qualidade de apuração e encaminhamento do assunto já que, como avalia Lima (2004, p. 66), existe

---

<sup>5</sup> Em muitas emissoras não existe a divisão do trabalho de pauteiro e produtor. Uma pessoa acumula as duas funções. Entendemos que o pauteiro é o responsável por reunir os assuntos passíveis de serem cobertos, fazer pesquisas que possam subsidiar sua cobertura e indicar de que forma o assunto pode ser tratado. Ao produtor cabe a tarefa de agendar a entrevista com as fontes, e, portanto, viabilizar a pauta.

um acomodamento em muitos profissionais que têm fontes fixas e se acostumam a pautar as mesmas pessoas. “Tudo isso ocorre para uma definição viciada das realidades sociais selecionadas para o relato jornalístico”. Jung (2004, p. 101) trilha o mesmo caminho ao afirmar a necessidade de

diversificar fontes, permitindo a pluralidade de idéias. Porém, o que se verifica é a repetição de entrevistas e especialistas consultados. Preste atenção nas entrevistas de rádio sobre os efeitos das drogas na sociedade. O mesmo médico que você ouviu hoje pela manhã em uma emissora, surge falando em outra, à tarde.

Quando aborda a reportagem, Luiz Artur Ferraretto (2000, p. 250) começa pela pauta, que ele define como “os assuntos que merecem cobertura e de que forma isto vai ocorrer”. Para o autor, a pauta deve conter um resumo do assunto, as questões que a reportagem quer ver respondidas, as fontes de informação (com a devida indicação de telefones e endereços), o que a emissora já divulgou sobre o assunto (isso para o caso de suítes<sup>6</sup>) e, quando o assunto for polêmico, indicar a linha editorial da emissora.

Ricardo Kotscho (2002, p. 11) entende que a pauta é boa para organizar e planejar as ações da reportagem, mas, ao mesmo tempo, “levou à acomodação do repórter, que aos poucos foi-se tornando uma figura passiva no processo, mero cumpridor de ordens cada vez mais detalhadas”. É por isso que, assim como Ferraretto (2000), defendemos que a pauta não é uma restrição ao trabalho do repórter, mas sim o começo. Porchat (1989, p. 44) defende a mesma posição quando afirma que “a pauta serve para aumentar as possibilidades de reportagens e não para limitá-las. Pauta é ponto de partida. Nela não existe ponto final”.

Para uma boa reportagem, o assunto não precisa ser, necessariamente, inédito ou original. Todo pauteiro, e conseqüentemente todo repórter, convive com as pautas sazonais, ou seja, carnaval, páscoa, feriados, natal etc. O que vai diferenciar uma reportagem da outra é a abordagem. A pauta já pode trazer sugestões de abordagem e nesse ponto precisa começar a usar a criatividade que será amadurecida na reportagem produzida. O repórter também precisa procurar ângulos diferenciados de cobertura e produzir material que tenha criatividade na forma e originalidade no conteúdo. “Ambas [criatividade e originalidade] devem se contrapor ao lugar comum e à burocracia que contaminam o radiojornalismo sob a justificativa da falta de tempo para elaborar coisa melhor”. (JUNG, 2004, p. 116)

---

<sup>6</sup> Suíte é a continuação de um assunto que já foi veiculado anteriormente.



Outro empecilho ao uso da potencialidade da reportagem é a contenção de custos por parte das empresas. Cada dia mais os repórteres precisam se valer de telefones e Internet para apurar e produzir uma reportagem, sem ir ao local do acontecimento. É a completa burocratização da função de jornalista:

É surpreendente que algumas emissoras decididas a investir em jornalismo impeçam seus repórteres de sair da redação sob o argumento de que a mesma informação pode ser apurada por telefone a um custo muito menor. Cobertura jornalística custa dinheiro e, apesar da credibilidade que tem com o público, não é produto fácil de vender, principalmente no rádio. Se o propósito é oferecer informação de qualidade, o lugar do repórter é na rua. (JUNG, 2004, p.115)

Reportagem e rua são dois elementos que precisam andar de mãos dadas. Como diz Kotscho (2002, p. 12), “com ou sem pauta, lugar de repórter é na rua. É lá que as coisas acontecem, a vida se transforma em notícia”.

Jung (2004, p. 151) argumenta que algumas emissoras estão dispensando o trabalho do repórter, fiando-se nos avanços tecnológicos que permitem fácil acesso às fontes, informações e imagens em tempo real de toda a parte do mundo. Entretanto ele faz um alerta: “Não inventaram, ainda, qualquer máquina em condições de substituir o repórter na rua”.

A experiência da Emissora Continental, que já apontamos, nos mostra que na década de 1950 ela fez o caminho inverso da tendência de hoje: saiu da redação e foi para a rua. Deixou a superficialidade da notícia e mergulhou na reportagem externa, tanto as simultâneas quanto as diferidas. Essa experiência da Continental foi interrompida em 1964, quando foi suprimida a liberdade de imprensa. Gisela Ortriwano (2003, p.84) destaca que não houve somente um desaparecimento das grandes reportagens, mas “sob censura, o jornalismo ao vivo não apenas perdeu espaço mas deixou de ter profissionais que soubessem exercê-lo”. O fato de não dispor de profissionais que saibam fazer reportagem ao vivo é um ponto que nos chama a atenção nessa fala de Ortriwano. Os “Comandos Continental” desbravaram esse caminho, como já vimos, mas, no entender de Ortriwano, isso se perdeu.

Como conseqüência, repórteres, entrevistadores, moderadores de debates, comentaristas etc. quase deixaram de existir no radiojornalismo e, até hoje, continuam persistindo os efeitos negativos: toda uma geração de jornalistas não pôde exercer suas funções de acordo com os requisitos exigidos pelas próprias características do meio radiofônico. Com o processo de abertura política foi necessário dar voz não apenas aos ouvintes, os receptores das mensagens: foi necessário, antes de mais nada, que os profissionais da comunicação, os emissores, recuperassem seu direito a ter voz sem censura



oficial e, situação paradoxalmente mais complexa, aprendessem a ter voz sem autocensura. (Ortriwano, 2001)

Na última década, também na avaliação de Ortriwano, observa-se a volta gradativa das reportagens. A autora cita como exemplos as emissoras Eldorado e Bandeirantes, ambas de São Paulo, que veiculam “reportagens em capítulos em que o assunto é dividido em partes, levadas ao ar uma por dia, podendo ser repetida, em edição integral, no final de semana” (ORTRIWANO, 2003, p.84). Em face desse retorno e pela sua importância como uma das estruturas da informação radiofônica, faz-se necessário que a reportagem não deixe de ser foco de estudos e reflexões. Com o rádio brasileiro à beira de comemorar 84 anos, e discutindo a digitalização, ainda é preciso olhar para suas características intrínsecas e sua história na tentativa de ainda descobrir novas formas de transmissão, novos formatos de programas, novos conteúdos de programação, novas maneiras de se produzir uma reportagem.

O rádio informativo de nossos dias caminha para uma programação em fluxo, ou seja, conectando cada vez mais o seu tempo ao tempo do ouvinte e ao tempo real. Por isso hoje continua a explorar – e entendemos que essa tendência deve se acentuar – a transmissão simultânea que na década de 1950 ainda era novidade. O espaço da reportagem em edição extraordinária como um dos pontos de apoio da programação informativa, lançado pela Continental, está consolidado no jornalismo contemporâneo<sup>7</sup>, mas é preciso um novo despertar para as reportagens diferidas.

O rádio informativo, como também já apontamos, precisa tanto do simultâneo quanto do diferido. Precisa de repórter na rua para transmitir imediatamente os fatos importantes, mas, também, precisa de repórter na rua produzindo reportagens diferidas. Hoje, com as possibilidades tecnológicas que o rádio dispõe, a reportagem diferida pode ser muito melhor explorada pelo veículo. Os gravadores não são mais pesados e difíceis de carregar, a edição é extremamente facilidade pelo uso da tecnologia digital, possuímos um maior número de fontes disponíveis e acesso facilitado à informação. Entendemos que o rádio informativo carece da reportagem diferida. Com ela o veículo pode ver alterada sua forma de estruturação da informação radiofônica, que não a baseada apenas na notícia, entrevista e comentário, elementos tão habituais no rádio contemporâneo. A reportagem diferida permite uma maior criatividade, tão em falta no rádio atual, e o uso potencial da linguagem radiofônica, tão acanhadamente

---

<sup>7</sup> Uma experiência recente reportada por Milton Jung (2004) é a cobertura dos atentados ao World Trade Center, no dia 11 de setembro de 2001.



explorada pelo meio. É nela também que o veículo deixa a superficialidade da notícia e pode mergulhar no aprofundamento, discussão, análise e reflexão que o veículo pode proporcionar.

Sabemos que o rádio enfrenta dificuldades financeiras. Na distribuição do bolo publicitário é um dos que recebe a menor fatia: entre 4% e 5%, enquanto que, para uma ligeira comparação, a televisão recebe aproximadamente 60%<sup>8</sup>. Entretanto, avaliamos que pode estar faltando não apenas verbas, mas também vontade e conhecimento para se fazer um jornalismo diferenciado.

### Referências bibliográficas

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de radiojornalismo**: produção, ética e internet. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Sagra DC Luzzato, 2000.

JUNG, Milton. **Jornalismo de rádio**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 2004.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **Notícia**: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**: teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis: Insular, 2001.

ORTRIWANO, Gisela S. Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história. **Revista USP**, São Paulo, v. 56, p.66-85, 2003.

\_\_\_\_\_. **Rádio**: Interatividade entre Rosas e Espinhos. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ortriwano-gisela-radio-interactividade.html>>. Acesso em: fev. 2001.

PORCHAT, Maria Elisa. **Manual de radiojornalismo Jovem Pan**. São Paulo: Ática, 1989.

PRADO, Emilio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

---

<sup>8</sup> Segundo levantamento feito pelo Projeto Inter-Meios, da revista Meio & Mensagem, em dezembro de 2005, o faturamento bruto dos meios foi: televisão - 59,57%; jornal - 16,30%; revista - 8,80%; Mídia Exterior - 4,26%; rádio - 4,19%; TV por assinatura - 2,34%; Guias e Listas - 2,54%; Internet - 1,66% e cinema - 0,33%.